

RESOLUÇÃO STJ/GP N. 3 DE 31 DE JANEIRO DE 2019.

Regulamenta a autuação, a distribuição, a instrução e o julgamento de processos administrativos submetidos aos colegiados do Superior Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno e considerando o que consta do Processo STJ n. 761/2019, *ad referendum* do Conselho de Administração,

RESOLVE:

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 1º A autuação, a distribuição, a instrução e o julgamento de processos administrativos a serem submetidos aos colegiados do Superior Tribunal de Justiça ficam regulamentados por esta resolução.

Parágrafo único. As atividades mencionadas no *caput* serão realizadas exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI e do módulo SEI Julgar.

Seção II

Das Competências

Art. 2º Compete à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação prover as condições necessárias à utilização, à manutenção e à sustentação do sistema, incluindo a disponibilização de *hardware*, *software*, redes de comunicação e profissionais especializados para atuar em questões específicas de tecnologia da informação.

Art. 3º Compete à Secretaria de Documentação, por meio da Coordenadoria de Gestão Documental e da Seção de Documentos Digitais:

I – gerenciar o termo de cooperação técnica firmado entre o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região para a implantação e uso do SEI Julgar;

II – coordenar os trabalhos de instalação, manutenção e atualização de versões do sistema;

III – administrar o SEI Julgar;

IV – prestar apoio técnico e orientar usuários quanto à utilização do sistema.

Art. 4º Compete ao Gabinete do Diretor-Geral ou à unidade designada pelo Gabinete:

I – promover a autuação e a distribuição eletrônica de processos administrativos ao colegiado responsável pela análise da matéria;

II – promover o cancelamento da distribuição ou a redistribuição do processo;

III – gerenciar a pauta e a sessão de julgamento;

IV – acompanhar o painel de distribuição eletrônica de processos administrativos;

V – publicar a ata de julgamento.

Parágrafo único. O Gabinete do Diretor-Geral deverá indicar os usuários autorizados a operar os recursos do módulo SEI Julgar para a concessão de perfil de acesso específico.

Art. 5º Compete aos gabinetes de ministros que compõem os colegiados:

I – receber e analisar os processos administrativos distribuídos por meio do SEI;

II – instruir o processo, disponibilizar os documentos para a sessão de julgamento e incluir o processo em pauta.

Parágrafo único. Os gabinetes de ministros deverão indicar os usuários autorizados a operar os recursos do módulo SEI Julgar para a concessão de perfil de acesso específico.

Seção III

Da Disponibilização de Colegiados no Sistema

Art. 6º Será disponibilizada no sistema a indicação dos membros que compõem o colegiado e do seu respectivo presidente, do secretário das sessões, do quórum mínimo, da unidade responsável pela distribuição dos processos e demais parâmetros exigidos pelo sistema.

§ 1º O colegiado deverá dispor de local apropriado, dotado de computadores com acesso ao sistema SEI, para a realização da sessão de julgamento.

§ 2º As alterações na composição do colegiado e a convocação de suplentes devem ser informadas à Seção de Documentos Digitais para a atualização dos dados cadastrados no sistema.

Seção IV

Da Autuação e da Distribuição Eletrônica de Processos Administrativos aos Colegiados

Art. 7º No âmbito do SEI Julgar, denomina-se autuação o ato de registrar no processo, por meio de funcionalidade específica do sistema, informações relacionadas ao tipo de matéria, às partes e às respectivas qualificações.

§ 1º O processo administrativo recebido pelo Gabinete do Diretor-Geral com indicação de submissão ao colegiado do Tribunal deverá ser autuado na forma do *caput*.

§ 2º Os dados da autuação do processo subsidiarão a formação de jurisprudência administrativa do Tribunal.

Art. 8º A distribuição eletrônica de processos administrativos ocorrerá de forma aleatória, segundo o algoritmo de distribuição cadastrado no sistema e a partir do acionamento de funcionalidade específica por servidor com perfil cadastrado para operar este recurso.

§ 1º A distribuição de que trata o *caput* poderá ocorrer por prevenção, sem prejuízo de ocasional compensação, na hipótese de impedimento, o ministro será dispensado da distribuição ou, em caso de processo já distribuído, será realizada nova distribuição do respectivo processo.

§ 2º Após a realização da distribuição eletrônica, será gerada a certidão

§ 3º As ações descritas no § 2º serão efetuadas automaticamente pelo sistema.

§ 4º O sistema permitirá a redistribuição do processo ou o cancelamento da distribuição.

Art. 9º A autuação, a distribuição, a redistribuição e o cancelamento da distribuição eletrônica de processos administrativos aos colegiados do Tribunal serão efetuados por usuário com perfil de acesso específico no sistema.

Seção V

Da Instrução Processual

Art. 10. O Gabinete do Ministro Relator deverá proceder à análise e à instrução dos processos administrativos recebidos na caixa do gabinete no SEI.

Art. 11. A inclusão de documentos no processo deverá ser efetuada por meio de funcionalidade específica que permitirá a disponibilização de informações à sessão de julgamento.

Art. 12. Os documentos que compõem a instrução processual deverão ser disponibilizados à sessão de julgamento até a sua abertura.

Art. 13. O voto divergente vencedor deverá ser inserido no processo, após a realização da sessão de julgamento, por usuário do gabinete do ministro que venceu a divergência.

Seção IV

Da Pauta de Julgamento

Art. 14. A pauta da sessão de julgamento será disponibilizada no sistema, para a inclusão de processos aptos a julgamento.

Art. 15. O Gabinete do Ministro Relator deverá verificar a disponibilização de sessão de julgamento, com pauta aberta, para a inclusão do processo administrativo que será levado a julgamento.

§ 1º Os processos poderão ser incluídos em pauta ou em mesa.

§ 2º Somente a unidade do ministro presidente do colegiado poderá incluir processos em sessão de julgamento para referendo.

§ 3º O processo com pedido de vista registrado no sistema e os processos que demandam decisão urgente deverão ser incluídos em mesa, para a realização do julgamento.

Art. 16. A pauta será fechada no dia útil anterior à data prevista para a realização da sessão de julgamento.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, a pauta poderá ser reaberta antes do início da respectiva sessão de julgamento, para a inclusão de novos processos e, em seguida, deverá ser fechada.

Seção VII

Da Sessão de Julgamento

Art. 17. O ministro presidente do colegiado definirá as datas de realização das sessões de julgamento.

Parágrafo único. As sessões serão realizadas em caráter ordinário, conforme o calendário estabelecido, ou de forma extraordinária, mediante convocação do ministro presidente do colegiado.

Art. 18. A sessão de julgamento será aberta com o quórum mínimo definido para o colegiado.

§ 1º A presença, os votos, as ressalvas e demais informações relacionadas ao julgamento de processos serão registrados no sistema, para geração da certidão de julgamento e da ata de julgamento.

§ 2º Em caso de voto divergente vencedor, ao final da sessão, o processo será remetido automaticamente ao gabinete do ministro que divergiu, para a inclusão do voto no processo.

Art. 19. O pedido de vista será registrado durante a votação.

Art. 20. A ata de julgamento será gerada automaticamente, após a finalização da sessão de julgamento, e deverá ser publicada no Boletim de Serviço do Tribunal.

Seção VIII

Das Disposições Finais

Art. 21. Após a finalização dos atos relacionados ao julgamento, o processo deverá ser encaminhado, via SEI, à unidade do Tribunal responsável pela matéria, para conhecimento e/ou providências.

Art. 22. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro João Otávio de Noronha

